



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

CADERNO DE ENCARGOS



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

Cláusula 1.ª

Objeto

1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal** conforme o caderno de encargos e seu Anexo Técnico.

2- O objeto do contrato a celebrar está classificado com o código de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002 (versão consolidada), com o **CPV 03419000-0 Madeira p/ construção**. O processo deverá estar consagrado na classificação respetiva para cada um dos lotes identificados:

Lote 1 - 03419000-0 Madeira p/ construção.

Lote 2 - 03419000-0 Madeira p/ construção.

Cláusula 2.ª

Contrato

1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar.
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos.
- c) O presente Caderno de Encargos e seu anexo técnico.



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

d) A proposta adjudicada.

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seu anexo, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos - na sua atual redação (adiante designado por "CCP") e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo de execução do contrato

O contrato terá início com a sua celebração e mantém-se em vigor pelo **prazo de 12 (doze) meses** cessando com o fim do prazo de execução, ou, se tiver atingido o valor total do contrato caso este ocorra antes daquele prazo, sem prejuízo das obrigações acessórias e respetivas garantias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª

Entrega dos bens objeto do contrato

1- A entrega do material contratado far-se-á de forma faseada, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** a contar da data de envio dos pedidos efetuados pelo Município do Funchal.

2- Os pedidos a que se refere o número anterior serão limitados a um máximo de 12, com intervalos aproximados de 1 mês.



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

3- O local de entrega do material adjudicado: armazém do Município do Funchal sito no Caminho da Fundoa de Cima, São Roque, 9020-355 Funchal, telefone direto: 291 211 044, ou em outro local dentro do Concelho do Funchal a indicar pelo Município do Funchal.

4- Todas as despesas, custos ou encargos resultantes do transporte e entrega nas instalações/locais referidos no ponto anterior são da única e exclusiva responsabilidade do Cocontratante.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do Contraente Público

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Município do Funchal (Contraente Público) as seguintes obrigações principais:

- a) facultar toda a informação e prestar assistência e dispor total acesso a documentação em posse do Município, bem como aos funcionários e demais colaboradores sempre que solicitado;
- b) efetuar os melhores esforços para satisfazer as solicitações, sempre que o conteúdo não estiver sob vossa posse ou controlo;
- c) disponibilizar todos os elementos necessários ao fornecimento dos bens.

Cláusula 6.ª

Obrigações principais do Cocontratante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Cocontratante as seguintes obrigações principais:



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

- a) todos os bens devem respeitar na íntegra os requisitos descritos no anexo a este caderno de encargos designado por “Anexo técnico com objeto do contrato” que contém o objeto do contrato.
- b) obrigação de cumprir integralmente com o caderno de encargos e seus anexos.
- c) obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta e mediante requisição dos serviços do Município do Funchal.
- d) comunicar antecipadamente ao Contraente Público os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do contrato ou o cumprimento de qualquer outra obrigação nos termos do contrato celebrado;
- e) prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições do fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como prestar todos os esclarecimentos que se tornem necessários e que se justifiquem.
- f) a título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
- g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o contrato, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.
- h) Obrigação de possuir todos os seguros obrigatórios por lei, bem como as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato, sendo os mesmos da sua inteira responsabilidade.



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

i) Obrigação de manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios à execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.

Cláusula 7.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1- O Cocontratante obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos mencionados no presente caderno de encargos e seus anexos técnicos.

2- Os bens, objeto do contrato, devem ser entregues em perfeitas condições de ser utilizados para os fins a que se destinam, em estado novo e sem qualquer utilização anterior.

3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4- O Cocontratante é responsável perante o Município, por qualquer defeito ou discrepância do/s bem/s objeto do contrato que exista no momento em que os bens são entregues.

Cláusula 8.ª

Inspeção quantitativa e qualitativa dos bens

Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a Câmara Municipal do Funchal, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, **no prazo máximo de 10 (dez) dias**, à inspeção quantitativa e qualitativa dos bens indicados no anexo técnico do presente



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

caderno de encargos e na proposta adjudicada.

Cláusula 9.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1 - No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com o descrito nos anexos do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal do Funchal deve informar, por escrito, o Cocontratante **no prazo de 10 (dez) dias**.

2 - No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Câmara Municipal do Funchal às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 - Após as substituições necessárias pelo Cocontratante, no prazo respetivo, a Câmara Municipal do Funchal procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 10.ª

Aceitação dos bens

1 - Caso os testes a que se refere a cláusula 8.ª do presente caderno de encargos comprovem a operacionalidade efetiva dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer discrepâncias com as quantidades e características previstas no anexo técnico do presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, **no prazo máximo de 10 (dez) dias** a contar do final



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do Cocontratante e da Câmara Municipal do Funchal.

2 - Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a Câmara Municipal do Funchal, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Cocontratante.

3 - A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos e respetivos anexos.

Cláusula 11.ª

Garantia

1- Nos termos do artigo 444.º do CCP, é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas.

2- O prazo de garantia é de 3 (três) anos a contar da data da assinatura do auto de receção dos bens objeto do contrato.

Clausula 12.ª

Preço base

1- O Preço base do presente procedimento é de **€ 635.777,40 (seiscentos e trinta e cinco mil setecentos e setenta e sete euros e quarenta cêntimos)**, a que acresce IVA à taxa legal aplicável, **repartido por 2 (dois) lotes** conforme se segue:



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

Lote	Preço base por lote, em euros
1	€ 522.682,20 (quinhentos e vinte e dois mil seiscentos e oitenta e dois euros e vinte cêntimos)
2	€ 113.095,20 (cento e treze mil e noventa e cinco euros e vinte cêntimos)

2- O Preço base resulta dos preços atualizados do mercado para todas as posições obtidos através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A, nos termos da 1.ª parte do n.º 3 do artigo 47.º do CCP.

3 - Toda a informação tida por significativa obtida através da consulta preliminar ao mercado, será disponibilizada aos concorrentes, caso a mesma seja solicitada, o que necessariamente só poderá ocorrer após o término do prazo de apresentação de propostas.

4 - Ficam ressalvados do número anterior os casos em que os interessados classificarem os documentos como confidenciais.

Cláusula 13.ª

Preço contratual

1- Pelo fornecimento contínuo dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, o qual não pode, em qualquer caso ser superior ao preço base definido para cada lote.

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público,



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

nomeadamente quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3- As “quantidades estimadas” que estão indicadas no anexo técnico, devem ser consideradas como meros indicadores de previsão podendo ser alteradas para mais ou para menos desde que não se esgote o valor total da proposta contratada para cada lote.

4- O contraente Público garante a aquisição de bens num valor total **nunca inferior a 90% do valor total contratado** reservando-se assim ao direito de não adquirir a totalidade do valor contratado em bens não pagando por esse fato qualquer indemnização ao cocontratante.

Cláusula 14.ª

Condições de pagamento

1- As quantias devidas pelo Município do Funchal, serão pagas no **prazo de até 60 (sessenta) dias** após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas.

2- O cocontratante pode emitir faturas eletrónicas, nos termos do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor.

3- A fatura deve incluir a indicação do número de compromisso atribuído ao contrato.

4- Para efeitos do número um do presente artigo, a obrigação considera-se vencida com o fornecimento dos bens objeto do contrato a que se respeita a(s) fatura (s) e mediante apresentação do auto de receção assinado pelas partes.

5- **As faturas a emitir pelo Cocontratante devem ser dirigidas ao endereço de correio eletrónico: facturas@funchal.pt e com conhecimento do Gestor do Contrato.**



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

6- As faturas devem cumprir o preceituado no Art.º 36.º do CIVA, e enviadas, o mais breve possível, para o Município do Funchal, através endereço eletrónico descrito no ponto anterior.

7- Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

8- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

Cláusula 15.ª

Alterações ao contrato

1- Qualquer alteração do contrato deve constar de documento escrito assinado por ambas as partes e produz efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2- Quando devidamente fundamentado, o contrato pode ser modificado por:

- a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral;
- c) Razões de interesse público.

3- O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:

- a) Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

b) Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

4 - A alteração do contrato não pode conduzir à modificação das prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato ou aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

5 – Salvo quando a natureza duradoura do vínculo contratual e o decurso do tempo o justifiquem, a modificação só é permitida quando seja objetivamente demonstrável que a ordenação das propostas avaliadas no procedimento de formação do contrato não seria alterada se o caderno de encargos tivesse contemplado essa modificação.

Cláusula 16.ª

Penalidades contratuais

1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município, pode exigir do Cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) pelo incumprimento sob a forma de mora do fornecimento dos bens objeto do contrato na proporção de 5% do preço contratual, nos termos do artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.

b) pelo cumprimento defeituoso do fornecimento dos bens objeto do contrato nos exatos termos, requisitos e especificações técnicas fixados no Caderno de Encargos, que não seja eliminado no prazo de 10 dias, no valor de 5% do preço contratual, de acordo com o artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.

c) em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do contrato, o Contraente Público, pode exigir uma pena pecuniária de 9% do preço contratual.



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

- 2 – O valor acumulado das sanções a que se refere o número anterior, não pode exceder 20% do preço contratual.
- 3 – Nos casos em que seja atingido o limite fixado no número anterior, e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite é elevado para 30% do preço contratual.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.
- 5 - Para aplicação das sanções pecuniárias, o Município do Funchal deve alertar o Cocontratante que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso.
- 6 - No caso de cumprimento defeituoso o Contraente Público deve exigir ao Cocontratante que, no prazo de 10 dias úteis, os defeitos sejam eliminados e a execução do contrato seja exata e pontualmente cumprida.
- 7 – Os atos de aplicação de multas pelo Contraente Público são definitivos e executórios.
- 8 – O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.
- 9 – O valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.
- 10 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

Cláusula 17.ª

Força maior

1- Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento.

Cláusula 18.ª

Resolução por parte do Contraente Público

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a 1 mês ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se conforme descrito na lei – CCP.

3- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, o Contraente Público pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou ainda a título sancionatório, caso o Cocontratante viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações a que está adstrito, conforme previsto no artigo 333.º daquele diploma.

4- Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao Cocontratante, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e aplicação de sanção, este continue a incorrer em incumprimento.

Cláusula 19.ª

Resolução por parte do Cocontratante

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Cocontratante pode resolver o contrato nas situações previstas no artigo 332.º do CCP, designadamente:

a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, quando a resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do prestador de serviços ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público.



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros.

d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato.

e) Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2- No caso plasmado na alínea c) do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a sua receção, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3- Nos restantes casos previstos na lei, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

Cláusula 20.ª

Confidencialidade e Proteção de dados

1 - O Cocontratante obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Contraente Público ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

2 - Os dados pessoais a que o Cocontratante tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas do Contraente Público.

3 - O Cocontratante compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo Contraente Público.

4- No caso em que o Cocontratante seja autorizado pelo Contraente Público a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços ou fornecimento de bens, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5 - O Cocontratante obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais doravante designada por LPDP) e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o Cocontratante celebra com outras entidades por si subcontratadas.

6 - O Cocontratante obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

a) utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público única e exclusivamente para efeitos do fornecimento dos bens objeto deste contrato.



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

b) observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados.

c) manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;

d) cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Contraente Público esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas.

e) pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Contraente Público contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.

f) assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7 - O Cocontratante será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8 - Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ou forneça bens ao Cocontratante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, fornecedores de bens, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Cocontratante e o referido colaborador.



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

9 - A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

10 – O Contraente Público compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

Cláusula 21.ª

Gestor do Contrato

O gestor do contrato nos termos do artigo 290.º-A do CCP é o **Sr. Eng.º Mário David Figueira Nunes, com o email: mario.nunes@funchal.pt**

Cláusula 22.ª

Subcontratação, cessão de créditos e da posição contratual

1- A subcontratação e a cessão da posição contratual pelo Cocontratante, estão dependentes de autorização do Contraente Público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - A cessão de créditos só se efetuará mediante a autorização prévia, escrita, do Órgão competente do Contraente Público, nos termos da legislação aplicável.

Cláusula 23.ª

Comunicações e notificações

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

Cláusula 24.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do foro do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 26.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo CCP e demais legislação aplicável.



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

ANEXO TÉCNICO

Notas prévias vinculativas:

1. Nos termos do art.º 49.º n.º 9 do Código dos Contratos Públicos (CCP) as referências a determinado fabrico ou proveniência, a um procedimento específico que caracterize os produtos ou serviços prestados por determinado fornecedor, ou a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção devem ser sempre interpretadas com a menção “ou equivalente”.
2. **As “Quantidades estimadas”, indicadas na tabela seguinte, devem ser consideradas como meros indicadores de previsão podendo ser alteradas para mais ou para menos desde que não se esgote o valor total da proposta contratada para cada lote.**
3. A entidade adjudicante garante a aquisição de bens num valor total nunca inferior a 90% do valor contratado para cada lote.
4. Considera-se “madeira esquinada” a madeira que é alinhada lateralmente nos 4 lados.
5. As tábuas de madeira não carecem de qualquer acabamento ou tratamento que não o especificado na sua designação e/ou requisitos.
6. No ato de encomenda serão definidas as dimensões a solicitar dentro dos intervalos definidos.

Lista de bens por Lote:

Lote	Posição	Código	Designação	Requisitos	Unidade de medida	Quantidades estimadas
1	1	CM1040007	MADEIRA TOLA ESQUINADA E SECA AO AR LIVRE	Espessura 40mm. Largura 120 a 400 mm. Comprimento 3000mm.	m3	60



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

1	2	CM1040008	MADEIRA MOGNO ESQUINADA E SECA AO AR LIVRE	Espessura 50 a 80 mm. Largura 170 a 800 mm. Comprimento 4000 a 6000 mm.	m3	60
1	3	CM1040009	MADEIRA PINHO SUECO ESQUINADA E SECA AO AR LIVRE	Espessura 75 mm. Largura 225 mm. Comprimento 4000 a 6000 mm. Esclarecemos que o que se pretende é pinho sueco e não pinho nacional.	m3	120
1	4	CM1040010	MADEIRA DE RIGA VELHA	Espessura 20 mm. Largura 120 a 140 mm. Comprimento 3000 a 4000 mm. Já com macho e fêmea feito, exceto nas extremidades (cabeças). Esclarecemos que o que se pretende é riga velha e não riga nova.	m3	20
1	5	CM1040011	MADEIRA DE FAIA ESQUINADA E SECA AO AR LIVRE	Espessura 40 mm. Largura 170 a 200 mm. Comprimento 2200 mm.	m3	30
1	6	CM1040012	MADEIRA KAMBALA ESQUINADA E SECA AO AR LIVRE	Espessura 80 mm. Largura 120 a 260 mm. Comprimento 4000 a 6000 mm.	m3	30
1	7	CM1040013	MADEIRA SUCUPIRA ESQUINADA E SECA AO AR LIVRE	Espessura 100 mm. Largura 180 a 250 mm. Comprimento 4000 a 5000 mm.	m3	30
2	1	CM1050024	CHAPA DE COFRAGEM BÉTULA COM 250CMX125CMX21MM		UN	80
2	2	CM1050004	CHAPA MDF HIDROFUGO 244CM X 183CM X 16MM		UN	600
2	3	CM1050007	CHAPA LAMELADO TOLA COM INTERIOR EM CRIPOTOMERIA 250CMX125CMX19MM E DUPLA FACE EM TOLA		UN	80



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

2	4	CM1050008	CHAPA LAMELADO MOGNO COM INTERIOR EM CRIPTOMERIA 250CMX125CMX19MM E DUPLA FACE EM MOGNO		UN	80
2	5	CM1050010	CHAPAS CONTRAPLACADO EM MOGNO COM 250CMX125CMX5MM COM DUPLA FACE EM MOGNO		UN	90
2	6	CM1050011	CHAPA CONTRAPLACADO EM TOLA COM 250CMX125CMX5MM COM DUPLA FACE EM TOLA		UN	90
2	7	CM1050018	CHAPA DE CONTRAPLACADO MARÍ TIMO COM DUPLA FACE EM MOGNO 250CMX185CMX18MM		UN	60
2	8	CM1050012	CHAPA CONTRAPLACADO FAIA 250CM X 125CM X 5MM		UN	60
2	9	CM1060003	CUTELO ORLA MOGNO C/COLA COM 22MM LARGURA		M	750
2	10	CM1060002	CUTELO ORLA TOLA C/C OLA COM 22MM LARGURA		M	750
2	11	CM1070003	PORTAS PLACAROL COM DUPLA FACE MOGNO 200CMX80CMX 3.5CM		UN	70
2	12	CM1070006	PORTA PLACAROL COM DUPLA FACE TOLA 200CMX80CMX3.5 CM		UN	60



Município do Funchal

Concurso Público Internacional

Aquisição de Madeiras e similares para o Município do Funchal

Ref.º do procedimento: 31/DAPAR/2025

Caderno de Encargos

2	13	CM1050020	CHAPA LAMELADO DUPLA FACE EM FAIA 250CMX125CMX19 MM COM INTERIOR EM CRIPOTOMERIA		UN	60
2	14	CM1050023	CHAPA CONTRAPLACAD O CHÔPO 252CMX185CMX18MM		UN	60
2	15	CM1050022	CHAPA CONTRAPLACADO CHÔPO 252CMX185CMX15MM		UN	60